



---

## PRAGMÁTICA SEMÂNTICA: IMPLICAÇÕES PARA UMA TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIÇÃO

\*\*\*

## SEMANTIC PRAGMATICS: IMPLICATIONS FOR A POLYPHONIC THEORY OF ENROLLMENT

André Luiz Gaspari Madureira<sup>1</sup>

Recebimento do texto: 20/03/2017

Data de aceite: 27/04/2017

**RESUMO:** Neste artigo se objetiva abordar as motivações para a existência de uma teoria polifônica da enunciação, mediante o desenvolvimento da Pragmática Semântica por O. Ducrot. Para isso, situa-se a necessidade de se questionar o postulado da teoria de unicidade do sujeito em prol da instauração de uma perspectiva que refere a presença de múltiplos sujeitos na constituição do enunciado. Parte-se da apropriação que é feita da abordagem polifônica de M. Bakhtin para serem identificadas as especificidades da polifonia ducrotiana. Por esse viés, são analisados os aspectos conceituais da proposta em questão. Para tanto, põe-se em cena uma série de deslocamentos conceituais que incidem em elementos como enunciado, enunciação, frase, sentido, significação, locutor, enunciador. A análise desses conceitos se estende à aplicação da proposta de Ducrot para a descrição de enunciados, a partir da qual se tornam perceptíveis as formas de se identificar uma profusão de vozes que os permeiam. Em seguida, faz-se uma breve reflexão sobre a relevância dessa proposta para os campos de estudo da linguagem, destacando áreas referentes ao discurso e à argumentação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Enunciado; Enunciador; Locutor; Polifonia; Pragmática Semântica

**ABSTRACT:** The aim of this article is to approach the motivations for the existence of a polyphonic theory of enunciation through the development of Semantic Pragmatics by O. Ducrot. For that, it is necessary to question the postulate of the unicity theory of the subject so as to give way to a new perspective that shows the presence of multiple subjects in the constitution of the utterance. It is from the polyphonic approach by M. Bakhtin that comes the idea to identify the specificities of ducrotian polyphony. From this point on, the conceptual aspects of the proposal will be analyzed. For that, a series of conceptual shifts are considered, such as utterance, enunciation, sentence, sense, meaning, speaker, enunciator. The analysis of these concepts take into consideration O. Ducrot's proposal for description of utterances, from which it is realized the forms of how to identify the profusion of voices. Thus, it is made a brief reflection on the relevance of this proposal to fields of language, pointing out discourse and argumentation.

**KEYWORDS:** Utterance; Enunciator; Speaker; Polyphonic; Semantic Pragmatics.

---

<sup>1</sup>Doutor em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professor Adjunto de Letras/Linguística da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail almdureira@ig.com.br



---

## 1. Introdução

Uma das teses mais recorrentes na Linguística Moderna<sup>2</sup> é a da unicidade do sujeito, a partir da qual a linguagem é produzida por alguém e projetada a alguém, em um processo de interlocução cuja base está na subjetividade do locutor. O que se diz é tido como fruto dos desejos e das intenções do sujeito (falante/escritor) que, ao dizer, projeta na “sua” produção linguística o sentido lhe é próprio.

O papel do alocutário, por esse viés, passa a ser de decodificador, cabendo-lhe reconhecer, no código linguístico do locutor, o sentido que ele propõe, proveniente de suas intenções e de seus desejos. Como produtor único, já que tem a propriedade psicofisiológica para dar existência ao dizer, os sentidos são arraigados à subjetividade, de modo que apresentar um posicionamento diferente do intencionado leva a uma leitura transgressora, equivocada. Desviar-se do sentido intencionado pelo locutor é, portanto, ir de encontro ao plano de leitura adequado.

Essa orientação permeou o ambiente de reflexão sobre a linguagem durante muito tempo e se apresentou por vezes como irrefutável, afinal de contas, como se poderia conceber a linguagem sem que se reconhecesse a atividade “única” de um sujeito que a produz? Aliás, sua influência se estendeu ao ensino, materializada nos comandos de questões voltadas à prática de leitura e interpretação de texto, a partir dos quais se questionava “o que o autor quis dizer” ou “qual o sentido do texto”.

---

<sup>2</sup>Quando se aborda a Linguística Moderna, está-se remetendo ao contexto das teorias comparativista, estruturalista e gerativista, como pontua Ducrot (Cf. 1987, p. 161).



---

O grande problema dessa orientação é o de considerar que a autoria de cada enunciado é única, o que faz remeter a uma relação estrita (e unívoca) entre sujeito e linguagem / enunciado e sentido. Essa relação dificulta, por exemplo, pensar em realidades linguísticas mais sutis, em que a observação eminentemente linguística não fornece subsídios suficientes para a compreensão do dizer, como é o caso dos enunciados pautados na ironia, ou na negação.

Com o propósito de questionar a teoria da unicidade do sujeito, o linguista O. Ducrot se propôs a elaborar uma teoria polifônica da linguagem mediante alterações conceituais em elementos como frase, enunciado, significação, sentido, locutor, enunciador. Para melhor compreensão dessa proposta, tais modificações serão abordadas mais adiante, seguindo-se de uma apresentação concisa da influência que a teoria polifônica teve (e vem tendo) em estudos sobre a linguagem.

## **2. Estudos polifônicos de Bakhtin: uma base para a polifonia ducrotiana**

Diante do ideal de unicidade do sujeito falante em que certos arcabouços da Linguística da Enunciação se apoiam, Ducrot passa a se dedicar a negar esse postulado tido como óbvio, lançando bases teóricas que sinalizem a existência de outra perspectiva que considere a multiplicidade de vozes<sup>3</sup>. Para tanto, encontra apoio em pesquisas decorrentes da análise

---

<sup>3</sup> Essas vozes não dizem respeito a elementos sonoros relacionados à produção da fala, mas a perspectivas, pontos de vista de um sujeito discursivo, distinto do indivíduo que produz psicofisiologicamente o enunciado.



---

de textos literários que aparentemente indicavam a consolidação da posição tanto almejada: a da polifonia.

Desse termo, cunhado por Bakhtin, apropria-se Ducrot para definir sua *teoria polifônica da enunciação* que, apesar de considerar pressupostos bakhtinianos, se apresenta como uma extensão bastante livre destes. Afinal de contas, a polifonia analisada por Bakhtin está relacionada especificamente a romances de Dostoiévski, o que torna tal escritor “o criador do romance polifônico” (BAKHTIN, 2005, p. 5). Assim, “a multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski” (BAKHTIN, 2005, p. 4).

A percepção bakhtiniana acerca da obra de Dostoiévski gera algumas constatações que, de certa maneira, afastam essa perspectiva polifônica da almejada por Ducrot. Os estudos polifônicos até então se encontram centralizados na análise de textos literários, anulando o alcance da abordagem para outros gêneros textuais. De outra forma, ao conceber a polifonia como uma peculiaridade que singulariza os romances de Dostoiévski, sinaliza-se o caráter monolítico que, nesse caso, se torna regra na literatura. Além disso, na leitura de Ducrot sobre a primeira abordagem acerca da polifonia, as várias vozes que eclodem na análise sobre os referidos romances estão presentes em textos, mais especificamente nas sequências de enunciados.

A necessidade de desdobrar essa perspectiva inicial se fundamenta na posição que Ducrot assume de não ver êxito na polifonia de Bakhtin, no



---

sentido de contestar a teoria da unicidade do sujeito falante. Isso acontece devido ao fato de várias vozes permearem sequências de enunciados de um texto, e não de coexistirem necessariamente em apenas um enunciado. O alcance que a teoria polifônica da enunciação ambiciona também é maior do que os limites estabelecidos na proposta anterior.

Assim, o que se pretende é analisar a profusão de vozes em enunciados diversos, não apenas naqueles que constituem textos literários, muito menos que se restrinjam somente à poética de Dostoiévski. Na linguagem, portanto, em seus mais diversos domínios, deve ser passível de se observar a polifonia para que se torne plausível, então, contestar, de forma geral, a teoria da unicidade do sujeito.

### 3. A Pragmática Semântica

Inserindo a teoria polifônica da enunciação no interior da disciplina que intitula de *Pragmática Semântica*, Ducrot demarca o objetivo de seus estudos: observar, no contexto do enunciado, o que é feito pela fala, não mais o que se faz quando se fala. Esse deslocamento operado – o qual relega a investigação que considera as atividades psicofisiológicas a outro plano a favor de uma análise dos efeitos da fala, no plano do enunciado, na medida em que se distancia de problemas psicológicos voltados ao sujeito falante – aproxima-se mais de questões propriamente linguísticas. No entanto, para dar conta da descrição dos efeitos da fala no enunciado, torna-se fundamental “descrever sistematicamente as imagens da enunciação que são veiculadas pelo enunciado” (DUCROT, 1987, p. 164). Para isso, tem-se como necessário demarcar as características que separam o enunciado da





---

frase, além de apresentar suas considerações sobre a forma com a qual concebe a enunciação.

Na construção desse plano teórico, a frase é tida como uma criação da gramática, uma construção do linguista que não deve ser compreendida como um objeto observável, e sim teórico, mediante o qual se torna possível chegar ao enunciado. A frase, de característica abstrata, se manifesta a partir de diversos enunciados por ser subjacente a estes. O enunciado, por sua vez, tem por propriedade pertencer ao domínio do observável, no entanto, necessita da frase para ser analisado.

Essa dependência se justifica por ser “considerado como uma manifestação particular, uma ocorrência *hic et nunc*<sup>4</sup> de uma frase” (DUCROT, 1987, p. 164). Dessa maneira, ao se exprimir uma mesma construção linguística em momentos diferentes, manifestam-se diferentes enunciados, pois representam distintas entidades observáveis. Partindo-se desse ponto de vista, analisar um discurso significa descrever as entidades observáveis que o compõem, o que permite definir o enunciado como “fragmento de discurso” (DUCROT, 1987, p. 166).

Considerar o enunciado como fragmento de discurso leva a conceber o discurso como uma sucessão de enunciados. Mas para analisar enunciados, necessita-se observá-los no plano discursivo de modo a identificar seu limite dentre os outros enunciados. Dessa maneira, é preciso analisar a autonomia relativa que o falante julga possuir para segmentar o discurso.

---

<sup>4</sup> Quer dizer, “aqui e agora”.



---

Cada enunciado, por tal parâmetro, representa uma escolha relativamente autônoma do sujeito falante, autonomia que se especifica na simultaneidade das noções de coesão e independência. Para que se tenha coesão, um termo deve ser escolhido não por si mesmo, mas para integrar certa sequência. Já a independência implica uma sequência ser escolhida independentemente da escolha de outras. Assim, em um trecho deve ser evidenciada uma coesão entre os elementos e sua independência em relação a outras sequências para que seja considerado um enunciado. Também, se uma só palavra for escolhida por si mesma, para expressar exclusivamente seu teor, impondo-se independentemente da presença de outros textos, então subjacente a esta pode ser reconhecido um enunciado.

Para completar esse primeiro momento de distinções, não se pode deixar de demarcar as peculiaridades definidoras da enunciação. Analisando-se as concepções passíveis de se instaurar quando se remete à enunciação, pelo menos duas designações chamam a atenção de Ducrot. A primeira é a que a concebe como produção de enunciado mediante atividades psicofisiológicas. Partir desse princípio implica considerar questões tanto psicológicas quanto fisiológicas relacionadas ao sujeito. Outra concepção se volta à produção do enunciado pelo sujeito falante, instaurando a noção de ato no contexto enunciativo. O que, porém, essas concepções reclamam, da forma com a qual são definidas, é uma análise voltada a identificar o que é feito e/ou como o é quando se fala, tarefa essa rejeitada por Ducrot em prol, como foi descrito, de outro objetivo: identificar o que faz a fala no plano do enunciado, como é possível descrever as imagens da enunciação mobilizadas pelo enunciado.



---

Dar conta desse objetivo, no entanto, requer uma fundamentação satisfatória que explique o distanciamento dessas concepções e que, dessa maneira, justifique a necessidade de se recorrer à construção de um plano teórico alheio às ideias de atividade psicofisiológica e de ação por parte do sujeito falante. Além disso, sugerir um novo posicionamento sobre a enunciação torna-se imprescindível nessas condições.

Diante de tais necessidades, Ducrot (1987, p. 168) sinaliza uma terceira concepção, dessa vez, a que se assimila ao arcabouço de sua teoria polifônica, descrevendo a enunciação como o “acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado”, a “aparição momentânea” de “alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois”.

Essa definição propicia, à Pragmática Semântica, desconsiderar, no recorte em que opera, a responsabilidade de investigar questões referentes à atividade do sujeito falante no momento em que enuncia. A decisão de atribuir à enunciação o predicado de ser um acontecimento histórico de aparição do enunciado, em detrimento de considerá-la como o ato de um sujeito falante, é parte de uma organização teórica que objetiva justificar o silenciamento a respeito do autor do enunciado. Portanto, deve ser vista enquanto estratégia de construção teórica, já que há necessidade de propor “um conceito de enunciação que não encerre em si, desde o início, a noção de sujeito falante” (DUCROT, 1987, p. 169).

É preciso compreender que não há, de forma alguma, a propensão de fomentar um conceito que atribua a origem do enunciado a uma aparição espontânea. Não se trata de desqualificar o processo de enunciação do sujeito falante, e sim se distanciar dessa questão por necessidade de





---

imprimir um recorte voltado a problemas linguísticos relacionados ao enunciado e, assim, propiciar condições teóricas para uma abordagem polifônica da linguagem.

Dentre os fatores que diferenciam a frase do enunciado, para compor essa parte da teoria polifônica, dois termos, a saber, o sentido e a significação, ganham relevo na caracterização semântica da primeira distinção. Tornando-se fundamentais nesse processo, tanto o sentido quanto a significação são designados de forma arbitrária. A conceituação aplicada nesses termos de caracterização semântica mostra-se bem particular, na medida em que não se fundamenta em nenhum campo de conhecimento específico. A relação estabelecida, em termos de caracterização semântica, entre os elementos da primeira distinção pode ser representada da seguinte forma: a frase está para a significação, assim como o enunciado está para o sentido. Para se compreender essa relação e, além disso, demarcar as peculiaridades existentes no sentido e na significação, necessita-se, antes, salientar as diferenças presentes em dois estatutos: no metodológico e no de natureza.

No estatuto metodológico, vincular o sentido ao enunciado significa estabelecer uma relação no domínio do observável, de forma que analisar o sentido implica proceder uma identificação de interpretações possíveis. Essas interpretações não se apresentam segundo gestos intuitivos, mas através de hipóteses que constituem os fatos científicos, observáveis. As hipóteses tidas por explicativas, por sua vez, que pretendem dar conta do fato científico, se relacionam com a significação das frases. De acordo com Ducrot (1987, p. 170), a manobra metodológica tem procedência vez que



---

enxerga uma possibilidade de “formular leis, de um lado para calcular a significação das frases a partir de sua estrutura léxico-gramatical, e de outro lado para prever, a partir desta significação, o sentido dos enunciados”. Dessa maneira, compreende-se que, mediante a significação das frases, é possível chegar ao sentido dos enunciados.

Sobre a diferença de natureza, tem-se rejeitada a equiparação do sentido do enunciado à significação da frase, acrescentando àquele, elementos do contexto em que o discurso se constitui. Na teoria de Ducrot (1987, p. 170), a significação não deve ser concebida como “uma parte do sentido”. Na verdade, é tida como “um conjunto de instruções dadas às pessoas que têm que interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam que manobras realizar para associar um sentido a esses enunciados”. Dessa forma, diante de uma frase que está subjacente a um enunciado, a significação da frase pode indicar a necessidade de serem analisados aspectos do contexto em que o locutor se apresenta, ou mesmo aspectos morfológicos nela presentes.

#### **4. Projeções para a análise polifônica**

Na atividade de análise, percebe-se o vínculo existente entre a significação e o sentido, já que há uma interdependência sem a qual dificilmente seria possível descrever uma enunciação. Ao demarcar no sentido o território descritivo da enunciação, nele também se dá a propriedade indicativa relacionada à enunciação. Em outras palavras, o sentido adquire a característica de estabelecer uma série de indicações acerca da enunciação. No entanto, para que possa ser compreendido,





---

descortinado, é imprescindível recorrer à significação das frases subjacente aos enunciados.

Esse é o procedimento metodológico inicial, demarcado pela Pragmática Semântica, para alcançar o domínio do observável. Por esse caminho, Ducrot (1987, p. 172) salienta o objetivo da perspectiva polifônica do sentido: “mostrar como o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes”. Esse é, portanto, o primeiro passo para identificar, no enunciado, a profusão de vozes e, dessa maneira, compreender com que estratégias se dá o distanciamento da teoria de unicidade do sujeito falante.

Quando se revisita o quadro constitutivo dessa teoria, perante o movimento de ruptura, enfocando o lugar que nele é destinado ao sujeito, naturalmente se têm explicitadas as propriedades que, pelo distanciamento, o caracterizam. Daí então resultam as peculiaridades de ser agente psicofisiológico e, assim, produtor de ondas sonoras constituintes da fala, além da propriedade intelectual de realizar suas escolhas e formular seu enunciado, o que o torna o produtor único do dizer, o ser adâmico no qual está assinalada a origem do enunciado. Estabelece-se, pois, nesse quadro, o ideal da unicidade, a partir do qual ao enunciado se vincula um (e apenas um) sujeito. Essas propriedades do sujeito único que justificam, até certo ponto, sua presença constante no quadro teórico Linguística da Enunciação, no arcabouço da teoria polifônica em tela passam a receber críticas indicadoras de outro espaço para seu estabelecimento.

A negação da unicidade do sujeito, unicidade esta que aparentemente é passível de ser concebida em enunciados simples, se





---

alicerça na apresentação de alguns enunciados mesmo simples, porém inseridos em diálogos mais complexos. Nestes, atribuir a marca de primeira pessoa, imputando a responsabilidade do dizer ao mesmo sujeito produtor do enunciado, nem sempre é uma tarefa cômoda, na medida em que se tem dificuldade em estabelecer essa correspondência.

Para discutir com mais propriedade essa questão, Ducrot (1987, p. 180) põe em cena o seguinte trecho cuja característica é a de ser uma retruca em um diálogo, voltada a um erro de julgamento: “Ah! Eu sou um imbecil; muito bem, você não perde por esperar!”. Nesse caso, o primeiro enunciado (Ah! Eu sou um imbecil), apesar de ter a marca de primeira pessoa, não é assimilada pelo locutor, vez que o próprio o contesta no segundo enunciado. Na medida em que há uma rejeição por parte do locutor ao primeiro enunciado, atesta-se o distanciamento do sentido nele expresso em relação ao segundo. O locutor não se vê como imbecil, portanto, o “eu” que marca o primeiro enunciado não deve a ele se referir, nem a ele deve ser imputada a responsabilidade.

O responsável, então, passa a ser o interlocutor que, mesmo sem apontar categoricamente a imbecilidade, pode ter dado a entender esse sentido. Isso significa que a responsabilidade não é atribuída meramente quando há uma repetição ou uma paráfrase. Por isso o motivo de se recorrer, na análise, às instruções apresentadas pela significação da frase para, posteriormente, alcançar o sentido do enunciado.

Porém, não é só em um enunciado simples presente em um diálogo complexo que se pode observar a dificuldade de conceber, em conjunto, as propriedades do sujeito pautado na teoria da unicidade. Também em



---

enunciados tidos por complexos essa dificuldade persiste, como é o caso daqueles em que está presente a conjunção *mas*. Dentre as possibilidades de utilização do *mas*, destaca-se a que o insere em uma relação de oposição, que pode ser visualizada no esquema *p mas q*, no qual *p* representa o enunciado ao qual *q* se opõe, corrigindo-o.

Dessa forma, se o locutor assume a responsabilidade pela afirmação do segundo enunciado, logicamente não pode o fazer com a do primeiro. O locutor, no sentido de “produtor” do dizer, não pode se responsabilizar pelas duas afirmações ao mesmo tempo. Essa circunstância enunciativa, assim como a anterior, corrobora para a relevância de forjar um novo parâmetro ao sujeito, permitindo transcender os limites demarcados pela tradição da unicidade, possibilitando operar em um campo polifônico, de modo a serem observadas sobreposições de vozes em um só enunciado.

Na análise da descrição da enunciação, busca-se sistematizar as imagens enunciativas que são apresentadas pelo enunciado. Nessa tarefa, é necessário efetuar uma distinção relacionada ao sujeito para identificar a profusão de vozes em enunciados. Para isso, torna-se fundamental ter certas características evidenciadas, de forma a serem devidamente demarcados determinados papéis no contexto polifônico.

## 5. A polifonia no nível dos locutores

A pluralidade presente no termo *locutores* é desvincilhada da ideia de autoria coletiva, em que mais de um sujeito físico se responsabiliza pelo dizer, circunstância marcada, a exemplo, pelo pronome de 1ª pessoa *nós*. A posição polifônica, ao contrário, considera o sujeito como uma ficção





---

discursiva. No caso do locutor, tem-se uma ficção discursiva cuja peculiaridade é a de ser responsável, no sentido do enunciado, pelo dizer, mas sem considerar a articulação física para a produção da linguagem, nem a propriedade intelectual do sujeito falante.

A multiplicidade que caracteriza o locutor, portanto, remete a uma série de enunciados para os quais não se pode imputar responsabilidade a um só sujeito. Para ilustrar essa impossibilidade, Ducrot (1987, p. 185) se faz valer da análise do discurso relatado direto, mobilizando um fragmento de diálogo em que Pedro diz: “João me disse: eu virei”. Como nenhum dos trechos se apresenta com independência, levando à identificação da autonomia relativa em sua totalidade, não há evidência de segmentação discursiva, o que atesta a ocorrência de um só enunciado. Nele são expostas duas marcas de 1ª pessoa: me e eu. Apesar disso, a responsabilidade do dizer não pode ser atribuída a um só locutor, enquanto ficção discursiva, visto que remete a seres diferentes.

No plano físico, a responsabilidade desse dizer se vincula à pessoa que o profere, no caso, Pedro. Mas, ao considerar a responsabilidade no âmbito do enunciado, e não no da produção psicofisiológica, atesta-se a dificuldade descrita, vez que, no enunciado imputado globalmente ao primeiro locutor, há um fragmento de responsabilidade do segundo locutor (eu virei). É assim que essa análise do enunciado revela, portanto, a possibilidade de desdobramento de locutores no relato em discurso direto (RED), mas que também pode marcar outros dizeres, como um eco imitativo ou um discurso imaginário.



---

Após a distinção entre o locutor e o sujeito físico, Ducrot (1987, p. 188), no interior da noção daquele, propõe a distinção entre “o ‘locutor enquanto tal’ (por abreviação ‘L’) e o locutor enquanto ser no mundo (‘λ’). Nessa subdivisão, o primeiro tem como propriedade única a de ser responsável pela enunciação. O segundo, por sua vez, representa “uma pessoa ‘completa’, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado”. Apesar desta definição, o locutor λ não deve ser confundido com o sujeito falante. Diferentes deste, os locutores polifônicos são seres do discurso, ficções discursivas e devem ser analisados no interior do enunciado.

Com vistas a ilustrar a relação entre esses sujeitos, recorre-se à observação de frases declarativas e interjetivas. Já que as interjeições colorem, na fala, sentimentos de tristeza ou de alegria, nelas se situa o locutor L, responsável pelo dizer. Já em frases declarativas, o enunciador pode não demonstrar sua alegria ou sua tristeza no momento em que fala, além de não haver marcação da presença de sentimentos no enunciado. Nessa circunstância, em que o sentimento é externo à enunciação, só quem pode ter uma definição do sentimento presente é o ser no mundo, portanto, o locutor λ. A este é reservado o lugar de ser designado pelo pronome de 1ª pessoa eu, mesmo que o λ necessite da presença de L para ser acessado. Tal ocorrência em que dois ou mais locutores dividem espaço em um só enunciado é tida como uma primeira forma de polifonia.



---

## 6. A polifonia no nível dos enunciadores

Já como segunda forma de polifonia, tem-se a presença de mais de um enunciador (E) em um mesmo enunciado. O que singulariza os enunciadores na teoria polifônica é o fato de designarem, diferente dos locutores, não o ser no mundo ou o responsável pela enunciação, e sim pontos de vista, perspectivas expressas mediante a enunciação. Ao locutor, contudo, é reservada a tarefa de mobilizar enunciadores, as perspectivas, e ordenar seus posicionamentos no enunciado por que se responsabiliza.

Uma ocorrência esclarecedora na qual se observa a presença de L e E enquanto sujeitos que não se vinculam e, portanto, não se confundem reside na ironia. Na concepção de Ducrot (1987, p. 198), a ironia implica a negação da responsabilidade por parte de L em relação ao próprio E, por não comungar de sua perspectiva, como esclarece:

Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por um lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como o responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação.

De outra maneira, para marcar agora a segunda forma de polifonia, a negação aparece nos estudos ducrotianos como um fato da língua em que há pluralidade de perspectivas. A estrutura polifônica elementar da negação se configura com a presença de um locutor L, responsável pelo enunciado, que mobiliza duas perspectivas diferentes: a primeira apresenta a afirmação que posteriormente será posta à prova pela segunda perspectiva, a qual se relaciona com a negação. Esta normalmente é a perspectiva







---

assimilada por L. No exemplo analisado por Ducrot (1987, p. 204), “Pedro não é inteligente”, instaura-se um locutor L, responsável por esse enunciado, que mobiliza um ponto de vista afirmativo segundo a qual Pedro é inteligente e a que L não se assimila, bem como uma segunda perspectiva, a negativa, da qual L comunga. Esse tipo de negação, chamada de polêmica, é tida como a mais corriqueira.

Outro tipo de negação analisada por Ducrot é a metalinguística, cuja característica é a de representar o enunciado que vai de encontro à própria negação demarcada. Em “Pedro não é inteligente, ele é genial” (Ducrot, 1987, p. 204), a falta de inteligência não se sustenta, por conta da instauração da perspectiva que afirma sua genialidade. Nesse caso, a inteligência de Pedro transcende os limites tidos por normais para uma pessoa inteligente, e chega à genialidade. O termo negação “metalinguística” é logicamente empregado nesse caso visto que há uma descaracterização da própria perspectiva negativa que compõe o enunciado.

Para elucidar melhor a relação entre locutores e enunciadores, Ducrot recorre à comparação com elementos do teatro para sinalizar cada um dos papéis aplicados ao sujeito polifônico. Por esse caminho, em um momento o locutor se equipara ao autor, da mesma maneira que o enunciador se assimila à personagem. Assim como o autor põe em cena personagens, o locutor mobiliza enunciadores, pontos de vista. Por isso o locutor não precisa necessariamente concordar com a perspectiva que aciona, da mesma forma que o autor pode mobilizar personagens que falam e agem de maneira distinta da postura particular do autor.



---

Em seguida, é proposta uma nova distinção, que equipara o narrador ao locutor, e o autor ao sujeito falante, distinção esta descrita por Ducrot (1987, p. 195):

Esta distinção do narrador (equivalente literário de meu “locutor”) e o autor (correspondendo ao que chamei o “produtor efetivo”, e exterior à narrativa como o produtor é exterior ao sentido do enunciado) permite mesmo (...) fazer realizar o ato de narração por alguém de quem se diz, ao mesmo tempo, que ele não existe ou não existe mais. Se para escrever é necessário existir, isto não é necessário para narrar.

Diante dessas considerações acerca da propriedade polifônica da linguagem, Ducrot passa a projetar uma teoria polifônica da linguagem para substituir o postulado da unicidade do sujeito. Com isso, muitas contribuições foram fornecidas a vários campos de estudo da linguagem. Para sinalizar algumas delas, serão mobilizados em seguida dois distintos campos de abordagem linguística: o do discurso e o da argumentação.

## **7. Implicações da teoria polifônica da linguagem**

Os estudos de Ducrot sobre a polifonia passaram ora a referendar outras perspectivas de abordagem da linguagem, ora a influenciar na percepção do funcionamento da própria língua. Tal amplitude pode ser reconhecida quando se analisa, mesmo que brevemente, a referência à polifonia comumente feita na descrição de certos arcabouços teóricos.

Na literatura sobre a Análise do Discurso francesa (doravante AD), por exemplo, não é tarefa difícil encontrar remissões a Ducrot, mesmo que timidamente, ou sem que se indique efetivamente sua contribuição a esse



---

campo de estudo. Com efeito, a crítica à unicidade do sujeito auxilia a referendar uma teoria do discurso que se propõe não subjetiva da subjetividade. Assim a Pragmática Semântica segue na contramão das teorias da enunciação da época e vai ao encontro dos postulados da AD.

A dificuldade atual das teorias da enunciação reside no fato de que estas teorias refletem na maioria das vezes a ilusão necessária construtora do sujeito, isto é, que elas se contentam em reproduzir no nível teórico esta ilusão do sujeito, através da idéia de um sujeito enunciador portador de escolha, intenções, decisões etc. na tradição de Bally, Jakobson, Benveniste (a “fala” não está longe!) (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 175).

Conceber a unicidade do sujeito implica tomar por base suas características psicofisiológicas, nas quais estão presentes desde a propriedade de produzir enunciados através da fala, até a capacidade de traduzir, nessas palavras, seus desejos, suas emoções, suas intenções. Por isso torna-se necessário, para a AD, desenvolver um quadro teórico que se afaste das relações estabelecidas com o sujeito falante e apresente, dessa forma, uma série de fundamentos para analisar o sentido na linguagem com mais propriedade, sem que se esteja submetido às imprecisões decorrentes da subjetividade questionada.

Nesse sentido, a proposta de Ducrot de deslocar o conceito de sujeito concebido pelas teorias da enunciação, propondo um lugar teórico em que passa a se estabelecer enquanto ficção discursiva, representado ora pelo enunciador, ora pelo locutor, sustenta a propriedade da crítica feita por Pêcheux e Fuchs. As contribuições da Pragmática Semântica para os estudos do discurso são atestadas por Brandão (2012, p. 42), visto que se



---

propõe, “no bojo de uma teoria enunciativa da polifonia, a distinção entre locutor e enunciador, suscitando a problemática do ponto de vista para refutar a vericondicionalidade do enunciado e a unicidade do sujeito”.

O projeto de uma teoria não subjetiva da subjetividade, assim, ganha força, respaldado pela existência de uma perspectiva linguística que rompe com o postulado da unicidade do sujeito, tido por muito tempo como uma crença incontestável.

Além de estudos do discurso, a polifonia ducrotiana também passa a refletir em outras propostas teóricas, como as da argumentação, que têm como propósito analisar as propriedades argumentativas da linguagem, mobilizada para convencer e/ou persuadir. É interessante perceber a distinção passível de ser feita entre esses termos que, vez ou outra, são tidos como intercambiáveis.

Na nova retórica, por exemplo, esses dois conceitos se distinguem pela respectiva aproximação com as noções de razão e de emoção. O convencimento, ao se desenvolver segundo os princípios da razão, propicia a assimilação da ideia de certos valores por parte do auditório. O valor racional do argumento possibilita a aceitação das teses proferidas pelo orador, na medida em que o auditório atesta a validade do discurso.

Por outro lado, para que se persuade é necessário que haja uma sensibilização pela tese apresentada, de modo que o auditório sinta-se impelido a agir de acordo com aquilo que acredita. A persuasão pressupõe, então, o resultado que se inicia no processo de convencimento.



---

Como se vê, convencer está para a razão da mesma forma que persuadir está para a emoção<sup>5</sup>. Com respeito à relação existente entre essas noções com as de auditório, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 31) a esclarecem, propondo “chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional”.

No plano prático de utilização da linguagem a esses fins, Ducrot observa, entre outros, o efeito que operadores argumentativos causam em prol de se instituir adesão ao auditório, bem como o que ocorre polifonicamente quando são empregados. Esse é o caso do *mas*, descrito anteriormente. O efeito desse operador argumentativo fica melhor descrito ao serem mobilizados os conceitos de locutor e enunciador. Nesse sentido, Koch (2011, p. 142) salienta: “enunciados do tipo X mas Y permitem sempre uma descrição polifônica, em que se atribui X a um enunciador diferente do locutor”. Nessas condições, X se torna passível de ser atribuído a um enunciador que não se assimila ao locutor, evidenciando as manobras opositivas estabelecidas com os atos de asserção.

Ainda no plano da argumentação, também há que se destacar a implicação da polifonia em casos de dizeres irônicos ou que apresentem negação. Com efeito, a leitura feita por Ducrot acerca dessas manifestações evidencia o jogo de assimilação/oposição das asserções implicadas no

---

<sup>5</sup> Apesar da distinção feita entre convencer e persuadir, há posições que renunciam tal diferenciação, como é o caso da apresentada por Reboul (2004, p. XV), que vê nessa diferença uma dualidade exagerada, “visto que opõe no homem o ser de crença e sentimento ao ser de inteligência e razão, e postula ademais que o segundo pode afirmar-se sem o primeiro, ou mesmo contra o primeiro”.



---

acontecimento enunciativo, descrevendo, assim, essa arena de vozes que permeia o enunciado.

### **Considerações finais**

No cenário da Linguística em que imperava a posição de unicidade do sujeito, ecoa a voz de Ducrot que, em companhia de outras vozes em sua proposta teórica, questiona esse pressuposto em favor de referendar a multiplicidade de locutores e enunciadorees em um só enunciado. Com essa crítica, irrompe a Pragmática Semântica, pretendendo ser um campo teórico voltado ao enunciado, mas que não se encerra em si mesmo.

Apesar de tal alcance, muitos dos que se lançam à compreensão da teoria polifônica ducrotiana se queixam da proposta de deslocamento de sujeito para uma abordagem que põe em cena locutores e enunciadorees no plano do enunciado, e não propriamente da enunciação enquanto atividade psicofisiológica do sujeito falante. A primeira impressão que muitas vezes se tem é a de inserção em um ambiente excessivamente abstrato em detrimento do terreno real de fala, o que leva à ideia (um tanto equivocada, diga-se de passagem!) de ocorrência de um posicionamento teórico sem nenhuma funcionalidade prática.

No entanto, como se pode perceber, a polifonia ducrotiana tem impacto na análise da linguagem, principalmente na descrição de certos enunciados cujos efeitos argumentativos necessitam dessa posição teórica para serem devidamente compreendidos. Sem falar também, em um plano mais abstrato, como o deslocamento da noção de sujeito auxilia a referendar outras posições teóricas (como é o caso da AD), possibilitando o





---

desenvolvimento de perspectivas que apresentam potencial para a abordagem da linguagem e dos efeitos de sentido que a constituem.

Desse modo, o que se buscou foi apresentar, a esse público, algumas peculiaridades do empreendimento ducrotiano, evidenciando a relevância da polifonia, assim como um pouco de suas contribuições cujos reflexos não só se instituem até hoje, como também não deixam de apontar para futuros estudos sobre a linguagem.

### Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. Conceitos e fundamentos: enunciação e construção de sentido. In: Roseli Figaro (Org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução: Ingedore G. V. Koch et al. Campinas: Pontes / EDUNICAMP, 1987.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PÊCHEUX, M & FUCHS C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F & HAK T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethania S. Mariani... [et al.] 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.



---

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: A nova retórica. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.